

Iluminismo e revolução nas ideias da “Ilustração Brasileira”

Enlightenment and revolution in the ideas of “Brazilian Illustration”

Dievani Lopes Vital

Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Resumo: Este artigo discute a possibilidade de fazer uma história social das ideias sob perspectiva comparada, no intento de demonstrar a relevância do pensamento francês iluminista e revolucionário sobre a produção intelectual da geração de 1870 brasileira. A relação entre ideia e contexto tem sido explorada nos estudos que interpretam essa geração de intelectuais brasileiros, contudo, nenhuma pesquisa em particular ainda se debruçou para investigar como as ideias ilustradas e os princípios decorrentes de 1789 foram apropriados em solo brasileiro, no contexto da crise do Império do Brasil. Como recurso metodológico opta-se por trabalhar com a História dos Conceitos Kosellekeana.

Palavras-chave: Iluminismo, Revolução Francesa, geração de 1870 brasileira.

Abstract: This article analyze the possibility of to make an social history idea in comparative perspective, it aiming to demonstrate the importance of the thinking french illuminist and revolutionary about the Brazilian intellectual production 1870. The relation among the idea and the context yet has been used in the intellectual generation’s study, but, none particular research was still made to examine as the illuminist and revolutionary ideas were appropriate in the Brazil by intellectuals in the Empire Brazilian crisis context. The methodology employed is based in the History of the Concepts proposed by Reinhart Koselleck.

Keywords: Enlightenment, French Revolution, the Brazilian Generation of 1870.

As obras *Boemia literária e revolução*, de Robert Darnton (1987), e *Ideias em movimento*, de Ângela Alonso (2002), são dois trabalhos basilares que aqui foram tomados na busca por investigar a influência ilustrada e revolucionária da França, de finais do Setecentos, sobre o pensamento e o direcionamento das práticas de mobilização da Geração de 1870, na crise do sistema imperial-monárquico no Brasil. A abordagem do Iluminismo e do grupo de intelectuais brasileiros da década de 1870 empregada, respectivamente, nas duas obras permite ao leitor estabelecer conexões analógicas concernentes à situação social e intelectual de marginalização dos membros que compuseram ambos os movimentos, e ao uso político de suas ideias, mesmo em se tratando de contextos nacionais distantes no tempo e no espaço.

Robert Darnton (1987) aponta para o fato de o Iluminismo ter se constituído no ápice da história intelectual do Setecentos. Especificamente na França, o primórdio do movimento é denominado de Alto Iluminismo, marcado por figuras como Voltaire, D'Alembert, Montesquieu, Rousseau, Mably, Diderot, entre outros. Essas figuras eram os *grands philosophes* e formavam uma unidade composta de homens que morreram entre 1778-85. O desafio deles era o de recrutar novos acólitos que fossem dignos de sua causa. Esses filósofos buscavam usufruir dos canais de ascensão social disponibilizados pela sociedade absolutista francesa, e ao invés de desafiá-la, apoiavam-na. Era crescente o prestígio social que a profissão de escritor ganhava na França do século XVIII. A Corte favorecia essa situação ao financiar, através de pensões ou de concessões de cargos, escritores que fossem simpáticos ao regime, em sua busca por recrutar novos membros para a República das Letras (DARNTON, 1987, p. 25).

Esse movimento filosófico e literário passou por um quadro de institucionalização crescente marcado por uma ruptura conflituosa que separava os filósofos do Alto Iluminismo de seus sucessores do Baixo Iluminismo (Ibidem, p. 26). Estes últimos passaram a formar o submundo das letras, a boemia literária. Tal distanciamento demonstra a relação entre Iluminismo e a Revolução. Aquela boemia era composta por grupos de provincianos que haviam invadido Paris em busca de prestígio e de ascensão social através das letras. Originando uma geração de escritores nascidos entre os anos de 1720 e 1730, esses provincianos vinham ao encontro do ideal da igualitária *República das Letras* defendida pelos grandes filósofos. Entre estes escritores estavam Brissot, Carra, Desmoulins, Prudhomme, Hebert, Marat, entre outros. Alguns deles exerciam também a atividade de jornalistas e eram advogados, como Robespierre.

Ainda segundo Darnton (1987), a organização corporativa e arcaica da cultura francesa, caracterizada pelo privilégio, empurrava esses jovens para a miséria, restando a eles viver da literatura clandestina dos *libelles* através da qual difamavam a Corte, a Igreja e a aristocracia francesas. Mostravam a incapacidade desta aristocracia em gerir a Igreja e o Exército, além de mostrá-la como grupo social degenerado. É dessas obras do “proletariado” literário que brotou o ódio contra os aristocratas literários do Alto Iluminismo que haviam elidido a igualitária *República das Letras*. É nesse submundo intelectual que os subliteratos se tornaram revolucionários. Ali nasceu o ímpeto jacobino de elidir a aristocracia intelectual do pensamento (Ibidem, p. 31). Tanto os *grands philosophes* quanto os subliteratos foram “revolucionários” à sua maneira, merecendo assim lugar nas origens intelectuais da Revolução.

Dessa forma, a Revolução Francesa para Darnton (1987) foi decisiva para a criação de uma nova elite, permitindo que a boemia literária destronasse o *Le monde* e ganhasse poder e prestígio. Enquanto nos anos de 1789-91 a Revolução pôs em prática as ideias do Alto Iluminismo, o ápice do seu revolucionarismo expressou o antielitismo da boemia literária (Ibidem, p. 46-8). Devido à sua amplitude universalista, essas ideias não se limitaram à Europa, se espalhando também para as nações ibero-americanas libertas do jugo colonial nas primeiras décadas do século XIX.

Ao longo do Oitocentos, do outro lado do Atlântico, o racionalismo do movimento ilustrado teve forte penetração na elite brasileira, parte da qual o fora beber na própria Europa, inclusive o imperador (MELLO, 2007, p. 91). Assim as referências europeias, sobretudo a francesa, se apresentavam à vida política e intelectual do Brasil. As décadas de 1870 e 1880 assistiram à emergência do movimento intelectual da Geração de 1870, já em meio à desagregação da ordem político-imperial.

No que se refere ao epíteto “geração de setenta”, Ângela Alonso (2000) assevera que o movimento da nova geração formada em finais do Império foi “(...) assim automeada numa referência à juventude de seus membros”. Foram os seus intérpretes posteriores que passaram a identificá-la como ‘movimento intelectual da geração 1870’ (ALONSO, 2000, p. 35). Conforme ressalta Adalmir Leonídeo (2007), o uso desse epíteto, apesar da sua imprecisão, se difundiu entre os historiadores e críticos literários no Brasil. Ele faz alusão analógica ao grupo de intelectuais lusitanos (Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, entre outros) que aspiravam à introdução em Portugal das ideias modernas tais como o realismo, o positivismo, o republicanismo e o socialismo (LEONIDEO, 2007, p. 194).

Composta por grupos sociais bastante heterogêneos, que incluíam intelectuais, políticos, jornalistas e literatos, Roque S. M. Barros a denominou de *Ilustração brasileira* (BARROS, 1986). Ele indicou a data de 1870 como um marco, não necessariamente exato, para a consolidação de novas ideias e para uma mudança de mentalidade no país (BENTO; SANCHES, 2008, p. 4736). Esse período foi assim denominado em sua tese não pelo fato de termos tido, com um século de atraso, a nossa ‘ilustração’, nos mesmos moldes do século XVIII. O autor aponta que sob a influência dos autores do Oitocentos, no Brasil, criou-se um movimento que teria desempenhado um papel semelhante ao do Iluminismo europeu do décimo oitavo século, se diferenciando deste pela dimensão histórica (BARROS, 1986, p. 9). A Ilustração brasileira teria recebido como herança do Iluminismo “a crença absoluta no poder das ideias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral”

(Idem). Assim, a essa herança vinha acrescida uma visão da história, específica do século XIX romântico, fundamental para a nossa visão de mundo (Idem).

Portanto, analogamente aos grandes filósofos franceses, a *intelligentsia* nacional quis valer-se da razão como único guia para a reconstrução da sociedade e do Estado pátrios, superando a tradição de hierarquias fundadas no privilégio e a caduca união trono-altar do Império, para fundá-los sobre a ciência, a efetiva propulsora do progresso (MELLO, 2007, p. 93). Entre seus principais representantes destacaram-se Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Silva Jardim, entre outros.

O Rio de Janeiro era para o Brasil na década de 1870 o que Paris representava para França no último quartel do Setecentos. Sede política do país e seu centro econômico, o Rio tinha na rua do Ouvidor o lugar dos seus homens de letras, a boemia literária da época. Eles sonhavam reproduzir na cidade a Paris retratada em *Scènes de la vie Bohème*, sucesso de Henri Murger. Frequentemente, eles desempenhavam a função de jornalistas. Em suas produções muitos atacavam a monarquia, entendida como mesquinha. Esses literatos julgavam-se talentos desperdiçados. Assim como os literatos do Baixo Iluminismo na França setecentista, eles aspiravam a viver das letras, algo impossível na época. Eles eram sensíveis à indiferença do trono para com o talento (Ibidem, p. 63-7).

Atenta ao atraso e à letargia da sociedade imperial, essa geração buscou repensar a realidade nacional, a partir das novas ideias vindas da Europa e em voga no período, especialmente o cientificismo e suas derivações teóricas, que de certa forma eram tributárias do Iluminismo do século XVIII. Muitos de seus membros pugnavam contra as instituições da monarquia e o seu fulcro econômico: a escravidão. Defendiam a abolição, o federalismo, a secularização e a expansão da instrução pública. A república era o ideário político de grande parte dos intelectuais, salvo alguns como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. De acordo com Ângela Alonso (2002), essa geração acabou por construir uma crítica coletiva às instituições e aos modos de pensar cristalizados como tradição político-intelectual do II Reinado: o liberalismo estamental, o indianismo romântico e o catolicismo hierárquico (ALONSO, 2002, p. 170). Com isso, o movimento buscou deslegitimar simbólica e teoricamente o regime imperial, ao atacar os seus suportes, forjando com as novas ideias um solo republicano.

Apesar da diferença temporal e, principalmente, espacial, que separam a geração de 1870 brasileira do Iluminismo francês, a marginalidade dos seus membros frente ao quadro social e político de suas respectivas épocas e em seus respectivos países foi tomada aqui como um fator que os aproxima em um estudo de História social das ideias sob perspectiva

comparada.¹ Os homens de letras de ambos os movimentos políticos-intelectuais, na perspectiva de ascender verticalmente na escala social, encontravam um obstáculo típico do Antigo Regime: o privilégio. No caso brasileiro, isto pode explicar o porquê dos intelectuais da Geração de 1870 associarem a monarquia ao Antigo Regime. Outro caso análogo muito peculiar diz respeito à adoção do credo republicano de tipo jacobino por parte desses letrados de 1870 (PAMPLONA, 2003, p. 119-21).

Outro aspecto que aproxima esses dois movimentos em um estudo comparado da condição social dos seus membros e de suas ideias está no fato de seus representantes terem usado a literatura filosófica como instrumento na busca por alterar o *status quo*. Assim como o Iluminismo havia contribuído para a irrupção revolucionária na França em 1789, a Geração de 1870 também auxiliaria em 1889, cem anos depois, na queda do regime imperial brasileiro.

Na busca por determinar qual foi a relevância do pensamento francês iluminista e revolucionário na composição das ideias da Geração de 1870 brasileira, uma pesquisa com essa temática avança a possibilidade de uma abordagem comparativa histórica da conjuntura da França e do Brasil em fins dos séculos XVIII e XIX, respectivamente, na perspectiva de entender a gênese e o uso de tais ideias dentro de uma relação texto-contexto.

Acerca do comparativismo histórico aqui abordado, Marc Bloch indica que dois aspectos são imprescindíveis na construção de uma história comparada “coerente”: de um lado, certa similaridade dos fatos, de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que essa similaridade ocorre (BARROS, 2007b, p. 165; TARGA, 1991, p. 267). Ele visualizou dois caminhos a serem percorridos neste tipo de estratégia: a comparação entre sociedades com certa contiguidade espacial e temporal (comparativismo sincrônico); ou a comparação entre sociedades distantes no tempo e no espaço (comparativismo diacrônico) (BARROS, 2007, p. 165). Neste último caso, segundo José D’Assunção (2007a), dois riscos a serem evitados são o anacronismo (isto é, o transporte de um elemento típico de uma sociedade historicamente localizada para outra em que o elemento não se enquadre) e a leitura forçada (insistência em ajustar realidades a um determinado modelo) (BARROS, 2007a, p. 12).

Ao empregar uma análise diacrônica para o estudo do tema proposto, os riscos apresentados acima, presentes no comparativismo histórico, pretendem ser superados se atendo tanto ao momento analítico dos contrastes quanto ao da analogia, trabalhando no campo de uma história social das ideias em perspectiva comparada. Parte-se do pressuposto

¹ No caso do Iluminismo francês, segundo Robert Darnton em *Boemia literária e revolução*, a situação de marginalidade social e política era característica comum aos sublitteratos do Baixo Iluminismo (DARNTON, p. 38-9).

de França e Brasil serem partes integrantes do todo denominado civilização Ocidental, na qual o fluxo das ideias iluministas assumiu contornos universais, sobretudo a partir da sua difusão, dentro do ideário da Revolução Francesa, que segundo Tocqueville.

(...) não teve um território próprio, mais do que isso, teve por efeito por assim dizer, apagar do mapa todas as antigas fronteiras (...), formando acima de todas as nacionalidades uma pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações podiam tornar-se cidadão (TOCQUEVILLE, 1979, p. 57).

Entende-se assim que o Brasil oitocentista não ficou fora do cosmopolitismo dessas ideias e da atração literária e filosófica oriunda da influente tradição francesa. O tratamento conceitual da reinterpretação em solo brasileiro de tais ideias, presentes nos discursos e em obras de alguns membros da Geração 1870, a partir da ideia de conceito pensada por Reinhart Koselleck (1993), será útil na tarefa de evitar os riscos do comparativismo aqui proposto. Isso implica em analisar o que alguns nomes selecionados da Geração 1870 entendiam por federalismo, monarquia, secularização, republicanismo, escravidão, instrução pública, entre outras ideias que estavam presentes na teoria política dos porta-vozes do Iluminismo.

Segundo a história dos conceitos koselleckeanos, quando se focaliza a duração ou a transformação dos conceitos ao longo das épocas, a relevância histórica e social dos resultados cresce, podendo assim avaliar a duração e o impacto de um conceito social ou político. Os conceitos segundo ele reúnem em si diversas experiências históricas e características teóricas de uma única circunstância. Portanto, a retrospectiva diacrônica pode dar acesso a camadas de significados de um conceito (KOSELLECK, 1993, p. 113, 117-8).

Ao se privilegiar a análise de longa duração dos conceitos elencados acima, utilizados pelos autores da Geração de 1870 em suas produções para contestar a ordem imperial, pretende-se identificar aquelas camadas temporais que os remetem às concepções do Iluminismo e a aspectos da experiência revolucionária francesa. Pretende-se também verificar se houve a resignificação conceitual para o contexto final do Império. Para isso, o uso de dicionários de época torna-se indispensável na busca pela precisão do significado dos

conceitos no decorrer das diferentes épocas, nas quais eles são empregados pelos atores sociais.²

Mas afinal, o que viria ser o campo da história social das ideias? Segundo Darnton, a história social das ideias consiste num alargamento da história intelectual. Foi sugerida por ele como um gênero híbrido para uma nova avaliação do Iluminismo (DARNTON, 1987, p. 10). Na verdade, Darnton descreve quatro tipos de disciplinas para o estudo das ideias: a história das ideias propriamente dita (o estudo do pensamento sistemático, ou seja, as ideias geralmente expostas em tratados filosóficos); a história intelectual (o estudo do pensamento informal, climas de opinião, movimentos literários); a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias); e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, inclusive as concepções ou visões de mundo e as mentalidades) (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 141). Para a pertinência do estudo proposto dentro deste campo, toma-se ainda aqui a argumentação de Keith M. Baker, segundo a qual “toda a atividade social tem uma dimensão intelectual que dá a ela significado, assim como toda atividade intelectual tem uma dimensão social que lhe confere o seu ponto de vista” (BAKER, 1990, p. 13).

As interpretações do Iluminismo e da Geração de 1870 brasileira pela literatura histórica

A historiografia que trata da “Filosofia das Luzes” se mostra bastante extensa, não possuindo, portanto, uma interpretação unívoca. Aqui a análise do Iluminismo com a Geração de 1870 se dá dentro do terreno delimitado por Daniel Mornet para o primeiro caso, porém incluindo o exame do campo cultural como se encontra em Roger Chartier (1990). Segundo Chartier, Mornet em *Les origines intellectuelles de la Révolution Française – 1715-1787* “postulou uma ligação necessária entre o Iluminismo e a Revolução”, ao indicar que foram em parte ideias que determinaram a Revolução a partir de transformações geradas no pensamento pela inteligência (CHARTIER, 1990, p. 27). Darnton percorre por um caminho semelhante ao de Chartier, indicando a necessidade de se examinar o mundo cultural do Antigo Regime através da conexão entre o Iluminismo e a Revolução (DARNTON, 1987, p. 49).

² Os dicionários, em sua maioria, foram consultados na Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ): Dicionário Raphael Bluteau (1712, 1713, 1720, 1726, 1727,1728), Dicionário da Língua Portuguesa Antonio Moraes e Silva (1889,1891). Outros dicionários de época, como Luiz Maria da Silva Pinto (1832), Antonio de Moraes Silva (1789), também utilizados, se encontram disponíveis online: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario>.

Tanto Chartier quanto Darnton são vistos por Daniel Roche (1998) como historiadores do livro, “pois dele fazem o centro da sua investigação, ligando o estudo dos textos, o dos objetos materiais e o dos usos que engendram na sociedade” (ROCHE, 1998, p. 39). Roche recusa a simples identificação entre as Luzes e a Revolução, identificação direta esta que também é discutida por Chartier (1990) e por Darnton (1987). Para ele, “o estudo social mostra como as motivações da ‘República das Letras’ e como as ideias são inseparáveis do comportamento cultural” (ROCHE, 1998, p. 36). Daí o privilégio dado por Roche às sociabilidades culturais e ao livro no estudo do Iluminismo.

Muitos autores, como Jacques Solé (1989),³ seguindo os passos de Darnton (1987) e outros também (FURET; OZOUF, 1989),⁴ tentam demonstrar como os intelectuais frustrados em suas carreiras, através da atividade panfletária buscaram solapar as bases de legitimação do Antigo Regime na França, metamorfoseando o vocabulário do Iluminismo. Como se percebe, essa nova perspectiva mostra que é muito mais complexa a relação entre as Luzes e a Revolução. Tal complexidade é explorada aqui como o vínculo entre o Iluminismo e o movimento revolucionário francês, dentro da proposta de comparar o primeiro ao movimento político-intelectual da geração setenta no Brasil.

Sendo mais elucidativo, essa abordagem do Iluminismo, qual seja, a da sua conexão com a Revolução, é tomada na tentativa de alcançar o objetivo de comparar a expansão do espaço público na França de fins do Setecentos com aquela ocorrida em fins do Império no Brasil. Isso implica em analisar a relação dos intelectuais marginalizados com a imprensa e com o processo de formação da opinião pública, dentro do contexto de transformações políticas em ambas as sociedades apontadas. A mobilização da opinião, pelos intelectuais marginalizados dessas sociedades, teve papel profícuo no descrédito das autoridades tradicionais (o clero e a monarquia), formando assim, em ambos os casos, ambientes politizados de contestação e de crítica ao *status quo* vigente. Aliás, Berrington Moore (1987) observa que a “(...) a tarefa cultural básica que se coloca para qualquer grupo oprimido é a de solapar ou de destruir a justificação do estrato dominante” (MOORE, 1987, p. 127).

Ângela Alonso (2002) aponta que a maior parte da bibliografia que trata da Geração 1870 é composta de monografias sobre os autores. O movimento em suas obras é tanto encarado como interpretação do Brasil quanto espírito de época do Oitocentos. A autora agrupa as análises em duas vertentes. A primeira o entende sob o ângulo da história das ideias

³ Ver: SOLÉ, Jacques. *A Revolução Francesa em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. Cap. 1.

⁴ Ver: FURET, François; e OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 754-63.

e tem como expoentes Cruz Costa e Antônio Paim. Ambos tomam a trajetória da Geração de 1870 a partir da filiação de seus textos com as correntes europeias de pensamento em voga no período, tais como o cientificismo, spencerianismo, darwinismo social, novo liberalismo e positivismo. A outra vertente explica o movimento intelectual através da posição social de seus membros, apontando-o como expressão dos anseios dos novos grupos sociais emergentes, surgidos com o processo de modernização do país. Ângela Alonso verifica que ambas as vertentes compartilham o fato de analisarem o movimento em termos do desenvolvimento da filosofia no Brasil, negligenciando assim a relação dos intelectuais com a crise do Império, ou seja, com suas práticas políticas (ALONSO, 2002, p. 22-9).

Como é possível constatar, a historiografia que se dedica ao estudo tradicional da História das ideias sobre a Geração 1870 atém-se exclusivamente aos vínculos intelectuais do movimento em nível das correntes de pensamento europeias do século XIX. Além disso, essa historiografia foi obra, sobretudo, de filósofos, como Ricardo Velez e Roquer Spencer, que explicavam o ideário político dos intelectuais brasileiros a partir de sua transposição, mais ou menos deturpada, do ideário liberal europeu em solo nacional. Esses filósofos tinham dificuldades em vincular os membros da geração de setenta ao contexto político em que viviam, como se seus pensamentos não estivessem fundamentados nas profundas mudanças de conjuntura nas quais se encontravam inseridos.

Por outro lado, trabalhos mais recentes, como os de José Murilo de Carvalho (1990), Ângela Alonso (2002) e Célia de Azevedo (2003), têm apontado para a influência do Iluminismo e da Revolução Francesa sobre as ideias de alguns autores dessa geração. O primeiro ressalta a forte presença simbólica desta revolução no imaginário republicano brasileiro e o entusiasmo de propagandistas, como Silva Jardim, pelo discurso revolucionário (CARVALHO, 1990, p. 9-15). Alonso afirma que, apesar dos contestadores terem negado as formas violentas de mudança, como a Revolução Francesa, preferindo antes a propaganda e a persuasão, a retórica da revolução popular “surgia de forma legítima em ‘situações extremas’” (ALONSO, 2002, p. 262). Segundo ela, os grupos republicanos do movimento “(...) reapropriaram como ideário contramonárquico os símbolos e os lemas da Revolução (...)” (Ibidem, p. 294). Comparando o Abolicionismo nos EUA e no Brasil, Célia de Azevedo enfatiza que “(...) os conceitos iluministas enraizavam-se de um modo muito mais puro no discurso abolicionista brasileiro” (AZEVEDO, 2003, p. 44).

Apesar desses trabalhos, nenhuma análise aprofundada e de inter-relação, para além daqueles que defendiam a república ou até mesmo a abolição, foi feita na perspectiva de investigar a relevância e a contribuição do ideário francês iluminista e revolucionário no

arranjo das ideias políticas da Geração 1870 brasileira, em associação com a crise imperial. Partindo dessa constatação, os objetivos propostos da pesquisa descrita nesse artigo pretende dar contribuições à historiografia que trata das ideias desse movimento, porém levando em conta a sua participação naquela crise, como indica A. Alonso (2002). Busca-se assim perceber a apropriação do ideário iluminista e revolucionário francês pela produção dos seus autores, e ainda o uso político desse mesmo ideário por esses membros da Geração 1870 no contexto da crise do Império, focando a relação texto-contexto.

Sabe-se que é impossível ignorar a vinculação existente entre a Geração 1870 e as culturas políticas europeias do século XIX, ideias estas coetâneas ao movimento político-intelectual brasileiro. Por isso, a análise da percepção das ideias caras à filosofia iluminista sobre o pensamento da inteligência nacional parte aqui do pressuposto de que o cientificismo e suas variantes da segunda metade daquele século constituíram uma continuidade do Iluminismo, porém repensadas sob novas bases, marcadamente evolucionistas. Para confirmar essa continuidade, toma-se aqui o exemplo do Positivismo, enquanto doutrina filosófica típica do Oitocentos, e do seu criador Augusto Comte. Norbert Elias chama a atenção para o fato de o filósofo de Montpellier, assim como Marx, ter feito da problemática da transformação da sociedade humana o cerne do seu programa de pesquisa (ELIAS, 2006, p. 199). A experiência perturbadora da Revolução Francesa, promovendo uma transformação específica, foi decisiva em Comte (Idem), o nosso caso aqui em particular.

A obra que maior impacto exerceu sobre a formação do filósofo francês proveio de um iluminista, o estudo do *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, do Marquês de Condorcet (1743-94), ao qual o próprio Comte, muito influente sobre os autores da Geração 1870 brasileira, se referiria, mais tarde, como seu imediato predecessor (OS PENSADORES, 1978, não paginado). Roque S. de Barros (1986) indica que os filósofos do século XIX responderam ao apelo da Ilustração do Setecentos no tocante à crença no poder das ideias e da cultura, apontando para o lugar que a educação ocupa não somente nas obras de Augusto Comte, como também nas de Spencer e de Stuart Mill (BARROS, 1986, p. 10-11).

Apropriação, opinião pública e sociabilidade: os conceitos-chave

Para os propósitos da pesquisa que esse artigo descreve, o sentido da ideia de apropriação, tal como é pensado por Chartier, é utilizado. Ao discorrer sobre uma sociologia histórica das práticas culturais, ele aponta que o mundo das representações é “moldado através de uma série de discursos que o apreendem e o estruturam” (CHARTIER, 1988, p. 23).

A sua problemática se baseia numa reflexão do modo como as representações [configuradas por meio desses discursos] podem ser apropriadas pelos leitores dos textos. A apropriação dos discursos coloca-se assim como a “(...) maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo” (Ibidem, p. 24). Portanto, é dentro dessa noção que se busca entender como a temática das ideias comuns ao Iluminismo e os princípios decorrentes de 1789 foram “apropriados” em solo brasileiro pelos nossos intelectuais, no contexto da crise do Império.

Para isso, 22 produções bibliográficas dos mais destacados membros da Geração 1870, nas quais se apresentam debates e explanações acerca dos conceitos já elencados neste artigo, foram selecionadas.⁵ Outro tipo de material usado é o jornal *A República*,⁶ um órgão portavoz da propaganda republicana na imprensa carioca. Este jornal foi escolhido pois nele é possível identificar os principais pontos de defesa do discurso republicano da década de 1870, como a laicização do Estado, a república e outros pontos que em muito contribuem para o propósito indicado no parágrafo anterior.

O conceito de opinião pública é imprescindível para os propósitos apresentados. Tanto a ação e a mobilização dos autores do Baixo Iluminismo na crise do Antigo Regime francês, em fins do século XVIII, quanto da Geração de 1870, no ocaso do regime monárquico brasileiro, podem ser verificadas nos respectivos contextos, sobretudo através da produção impressa, tendo em vista a sensibilização pública (as camadas letradas) a respeito da desestabilização do regime, com a publicização de temas políticos antes restritos ao espaço parlamentar. O filósofo alemão Jürgen Habermas caracteriza esse fenômeno, verificado tanto na sociedade francesa quanto na brasileira nos períodos mencionados, como processo de formação do *espaço público político*, sucessor do espaço público literário oriundo do Iluminismo do século XVIII. Outra criação desse século foi a imprensa de opinião, marcada pela crítica para além da mera publicação noticiosa. Segundo Habermas, é neste espaço público político que emerge o debate racional entre os indivíduos sobre a comunidade política ao nível mais abstrato e universal (SILVA, 2001, p. 121-3).

François-Xavier Guerra, ao analisar a pedagogia política na imprensa revolucionária espanhola (1808-10), aponta que foi na proliferação dos impressos, sobretudo da imprensa, e na expansão das formas de sociabilidade do século XVIII que nasceu a opinião pública

⁵Essas 22 obras de autoria dos intelectuais mais destacados da Geração 1870 brasileira (Joaquim Nabuco, Saldanha Marinho, Silva Jardim, Lauro Sodré, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Júlio de Castilhos) encontram-se disponíveis nos sites das Bibliotecas Digitais do Senado e da Câmara: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/>; <http://bd.camara.gov.br/bd/>.

⁶ Este periódico está disponível de forma digitalizada no Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF.

moderna e o que se pode designar, com Habermas, de espaço público político. A República das Letras (espaço público literário) deu origem ao espaço público político através dos dois fenômenos apontados acima (GUERRA, 1993, p. 227-8). Assim como Habermas, Tocqueville também destaca o papel da imprensa no processo formativo da opinião pública (TOCQUEVILLE, 2000, p. 138-46).

Pilar de Quirós (2008) aponta que a noção de sociabilidade surgiu da reflexão feita pelos teóricos do absolutismo sobre a natureza do homem. Ao longo do século XVIII, ela foi difundida pelo Iluminismo como “(...) peça da teoria do estado pré-social do homem/indivíduo” (QUIRÓS, 2008). É precisamente no decorrer daquele século que se verifica o processo de politização das formas de sociabilidade intelectual, expressas sobretudo nos cafés, nos clubes, nas sociedades literárias e nas lojas maçônicas (CHARTIER, 2009, p. 42-3).

É mormente em Paris, nas últimas décadas daquela centúria nas quais se assinala a crise do Antigo Regime, que se dá o envolvimento dos literatos do Baixo Iluminismo com a imprensa periódica, com a literatura libelista, com os espaços de sociabilidade típicos do Setecentos e, finalmente, com a opinião pública já no advento da era revolucionária. Baker postula que o discurso revolucionário foi criado pela cultura política que emergira na França entre os anos de 1750-60, assumindo a forma de uma opinião pública (BAKER, 1990, p. 24). Para Lynn Hunt, essa cultura política foi a maior invenção da Revolução. Expressa por meio de práticas simbólicas, ela forneceu a lógica da ação política revolucionária (HUNT, 2007, p. 31, 35, 37). No caso brasileiro, é nas décadas de 1870 e 1880, no Império, que emerge e se desenvolve o movimento político-intelectual da Geração de 1870. O período é marcado pela modernização econômica do país, com o uso de novos meios de comunicação e transporte, pelo advento dos movimentos republicano e abolicionista e pela tentativa de implementação de reformas políticas no sistema imperial. É o período de expansão da imprensa, de associações que permitiram a formação de um tímido espaço público, que era uma “(...) esfera pública do mesmo gênero daquela que se estava constituindo na Europa contemporânea (...)” (ALONSO, 2002, p. 276). É nesse espaço público que os membros da Geração 1870 puderam expressar sua opinião e manifestar seu descontentamento ante a ordem imperial erigida pelos saquaremas.

Considerações finais

A pesquisa esboçada neste artigo se encontra ainda em fase introdutória, porém, a partir das constatações aqui apontadas, é possível comprovar a pertinência do tema de estudo no que diz respeito à sua fundamentação historiográfica. Esta é comprovada com os trabalhos citados: BARROS (1986); CARVALHO (1990); ALONSO (2002); AZEVEDO (2003); MELLO (2007). Os resultados obtidos da leitura preliminar de algumas das já referidas produções bibliográficas levantadas da Geração 1870 direcionam também para a fundamentação empírica da investigação acerca da influência do Iluminismo e da Revolução de 1789 sobre o pensamento da intelectualidade brasileira nos dois decênios finais do Império.

Fontes

A República 1870; 1871; 1872-1873; 1874 (Laboratório do LAHPS/UFJF).

SILVA, Antonio de Moraes e. *Dicionário da Língua Portuguesa*. v. II, ed. 8. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1889 (Fundação Casa Rui Barbosa/RJ).

_____. *Diccionário da Língua Portuguesa*. v. II, ed. 8. f-z. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1891(Fundação Casa Rui Barbosa/RJ).

BLUTEAU, Raphael. *Suplemento ao vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Impressor da Academia Real Lisboa, 1721(Fundação Casa Rui Barbosa/RJ).

_____. *Suplemento ao vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713(Fundação Casa Rui Barbosa/RJ).

_____. *Suplemento ao vocabulario portuguez e latino*. Lisboa Occidental: Patraiarcil Officia da Música, 1728 (Fundação Casa Rui Barbosa/RJ).

_____. *Suplemento ao vocabulario portuguez e latino*. Lisboa Occidental: Officina de Josephe Antonio da Sylva, Impreffor Da Academia Real, 1727 (Fundação Casa Rui Barbosa/RJ).

_____. *Suplemento ao vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Na Officina de Pascola da Sylva, 1720 (Fundação Casa Rui Barbosa/RJ).

_____. *Suplemento ao vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1726 (Fundação Casa Rui Barbosa/RJ).

_____. *Suplemento ao vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 (Fundação Casa Rui Barbosa/RJ).

Sites consultados

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/>

<http://bd.camara.gov.br/bd/>

<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario>

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4146.pdf>>.

_____. *Ideias em movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Abolicionismo: EUA e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

BAKER, M. Keith. *Inventing the French Revolution*. Cambridge: University Press, 1990.

BARROS, José D'Assunção. Origens da História Comparada: as experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 25, jul. 2007, p. 141-73. Disponível em: <<http://ufrgs.br/anos90/articleview5405>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

BARROS, Roque S. M. *A Ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Convívio, 1986.

BENTO, Flávio; e SANCHES, Samyra Haydêe. A Ilustração brasileira e a atuação dos bacharéis. In: XVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: [s.n.] 2008. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasilia/08_262.pdf>.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schilensinger. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, DF: Mapfre, 1993.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993.

LEONÍDEO, Aldamir. O “Republicanismo Social” no Brasil na passagem do Império à República. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 11, n.1/n. 2, 2007, p.193-213.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Edur, 2007.

MOORE JR., Berrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAMPLONA, Marcos A. *Revolutas, repúblicas e cidadania: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ROCHE, Daniel. Uma declinação das Luzes. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 35, 2001, p. 117-38. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.ptpdfsppn35n35a05.pdf/>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1991, p. 265-71. Disponível em: <<http://revistas.fee.Tche.brindex.phpensaioarticleviewFile14241788/>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

TOQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Yvone Jean. Brasília: Ed. UnB, 1979.